

LUÍS FERNANDO PIRES MACHADO

DOUTOR HONORIS CAUSA EM GESTÃO PÚBLICA

O processo legislativo compreende a elaboração de:
Leis, decretos, atos, pareceres, projetos de lei, resoluções, etc.
O processo legislativo compreende a elaboração de:
Leis, decretos, atos, pareceres, projetos de lei, resoluções, etc.
do Se
deração
o federa
cional, e
s votos do
Deputado

A LEI QUE ENSINA A FAZER LEIS



edições
SUPERIORES

SUMÁRIO

PREFÁCIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INTRODUÇÃO

O BRASIL E A CRISE DAS LEIS

BREVES ESTUDOS SOBRE A TÉCNICA LEGISLATIVA

CAPÍTULO 1

A RELIGAÇÃO DAS LEIS NA NOVA TÉCNICA

LEGISLATIVA 25

1.1. Fontes da redação técnica legislativa 25

1.2. Operações metódicas da técnica
legislativa da Lei Complementar nº 95, de 1998 27

1.3. Técnica legislativa e proposição legislativa 30

1.4. Técnica legislativa e legística 32

1.5. Simplificação legislativa 36

CAPÍTULO 2

A ARQUITETURA E FORMA ESTRUTURAL NA

CONSTRUÇÃO DAS LEIS 39

2.1. Condicionantes para a feitura das leis 39

2.2. Aspectos formais que estruturam as
proposições legislativas e as normas jurídicas 42

2.3. Parte preliminar das leis e proposições
legislativas 43

2.4. Parte normativa 62

2.5. Parte final 98

2.6. Justificação para proposições
legislativas e leis 115

2.7. Remissão de Lei e outros atos normativos 117

2.8. Grafia dos números 121

2.9. Uso de siglas e acrônimos	128
2.10. Alteração de leis e outros atos normativos	129
2.11. Uso das linhas pontilhadas	133
2.12. Extinção da Lei	140
2.13. Anulação da Lei	141
2.14. A Lei tornada sem efeito	142
2.15. Retificação da Lei	142
2.16. Publicação da Lei e dos atos normativos	143
2.17. Republicação da Lei	144

CAPÍTULO 3

ELABORAÇÃO DAS LEIS E DAS PROPOSIÇÕES

LEGISLATIVAS **147**

3.1. Regras de redação legislativa	151
3.2. Recomendações para uma escrita legislativa de qualidade	157

CAPÍTULO 4

DIAGRAMAÇÃO DOS TEXTOS LEGISLATIVOS **173**

CAPÍTULO 5

PRINCÍPIOS DO PROCESSO CONSTITUCIONAL E

REGIMENTAL NA FORMAÇÃO DAS LEIS **179**

5.1. Princípio da supremacia da Lei	179
5.2. Princípio da reserva legal qualificada	180
5.3. Princípio da legalidade e da anterioridade no âmbito penal e tributário	181
5.4. Princípio da proporcionalidade	182

CAPÍTULO 6

CLASSIFICAÇÃO DAS LEIS **185**

6.1. Quanto ao alcance	186
6.2. Quanto ao objeto	186
6.3. Quanto às funções	187
6.4. Quanto à vigência	188
6.5. Quanto à vagância	188
6.5. Quanto à revogação	189

CAPÍTULO 7

INICIATIVA LEGISLATIVA COMO INSTRUMENTO DA TÉCNICA LEGISLATIVA **191**

7.1. Iniciativa comum ou concorrente	194
7.2. Iniciativa reservada	195
7.3. Iniciativa vinculada	197
7.4. Leis reforçadas no âmbito de cada Poder	199
7.5. Defeitos de iniciativa parlamentar – restrições	200
7.6. A lei e o direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada	201
7.7. Ações judiciais sobre os defeitos da Lei	203

CAPÍTULO 8

PROCESSO LEGISLATIVO REGIMENTAL PARA ELABORAÇÃO DAS LEIS **205**

8.1. Impulso legislativo	207
8.2. Processo legislativo externo e interno	211

<i>CAPÍTULO 9</i>	
<i>CONTROLE ENDOPROCEDIMENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE</i>	221
9.1. Controle endoprocedimental de constitucionalidade das proposições legislativas	222
9.2. Controle endoprocedimental no Poder Legislativo	226
9.3. Aspectos quanto à constitucionalidade formal das proposições	231
9.4. Aspectos quanto à constitucionalidade material das proposições	232
9.5. Controle endoprocedimental no Poder Executivo	233
<i>CAPÍTULO 10</i>	
<i>CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO</i>	241
<i>CAPÍTULO 11</i>	
<i>BASE DE DADOS DA LEGISLAÇÃO E DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS</i>	245
<i>DESAFIOS E CONCLUSÕES</i>	247
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	251
<i>ANEXOS</i>	257